

## O «18 de Janeiro»: uma proposta de releitura \*\*

Na versão canónica e celebrada do «18 de Janeiro» de 1934, este aparece definido como uma greve geral insurreccional contra a fascização dos sindicatos pelo Estado Novo, movimento que fracassou em todo o país, excepto na Marinha Grande, sendo apontados como seus principais (se não únicos) obreiros os militantes e operários comunistas. Tal foi, por exemplo, a versão televisiva da efeméride há um ano (*Jornal das 9 de 18 de Janeiro* de 1993). E é nela que se têm baseado as comemorações públicas que desde o 25 de Abril os comunistas promovem na Marinha Grande.

Apesar de quase sessenta anos de polémica entre anarco-sindicalistas e comunistas, directamente ou por interpostos autores, esta versão mostrou uma singular capacidade de resistir e perdurar.

Poder-se-ia dizer, como José Pacheco Pereira, que, sendo o «18 de Janeiro um dos mitos fundadores da imagem revolucionária do proletariado português», é «pouco importante saber quem e porquê» — «saber se foram os anarquistas da CGT ou os comunistas do PCP», «saber se o soviete da Marinha Grande» durou muito ou pouco tempo, no caso «cinco minutos» — argumentando que o «simbólico nunca precisou de enredos muito compridos para se agarrar desesperadamente ao fragmento do real sobre o qual se ergue» e que a força simbólica do «18 de Janeiro» começa «quando, no fim dos anos 30, os anarquistas desapareceram como organização e os comunistas se tornaram hegemónicos» no movimento operário<sup>1</sup>.

Se o «simbólico não precisa, de facto, de enredos compridos», algum enredo há, e importa saber com que malhas ele se tece. E como se ganha e como se perde, já que também nas guerras do simbólico há vencedores e vencidos. A força simbólica do «18 de Janeiro» andarà ligada ao facto de os comunistas terem conquistado a hegemonia. Mas esta última não chega para explicar os

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Este artigo é síntese de um livro, a sair em breve. Agradeço a Alfredo Canana, Silvestre Lacerda, Maria Filomena Mónica e João Freire a documentação que puseram ao meu dispor. Agradeço a Maria Goretti Matias as suas sugestões e a ajuda que prestou na busca de informação. E a Manuel de Lucena e Valentim Alexandre a leitura crítica deste texto.

<sup>1</sup> J. Pacheco Pereira, «As 'lições' do 18 de Janeiro», in *Diário de Notícias* de 18 de Janeiro de 1983.

sucessivos desaires dos anarco-sindicalistas. Desaire quando, em Janeiro de 1934, perdem a batalha política contra Salazar e os sindicatos nacionais; desaire, logo a seguir e mais tarde — e ainda a partir de Abril de 1974 — quando são derrotados pelos comunistas na batalha em torno da memória; desaire, enfim, de algum modo, ao nível da produção historiográfica. Se em relação ao período da República os anarco-sindicalistas têm «boa imprensa» e «boa história», eles viram-se desa-possados, exactamente, de um dos seus últimos feitos: eis o «mistério» a deslindar.

Revisitar esta greve geral insurreccional obrigaria a distinguir dois tipos de problemas. O primeiro prende-se com a reconstrução factual da greve e da revolta. O segundo, não totalmente desligado do primeiro, tem a ver com os meandros da construção da memória.

Neste artigo faremos apenas uma evocação muito resumida de alguns dos acontecimentos para esboçarmos, depois, uma tentativa de explicação sobre o modo como se impôs a versão vencedora.

## 1. O PRIMEIRO ENREDO

A greve geral revolucionária levada a cabo pela Confederação Geral do Trabalho (anarco-sindicalista), pela Federação das Associações Operárias de Lisboa (socialista), pela Comissão Intersindical (comunista) e pelos sindicatos autónomos envolveu, como é sabido, acções de vários tipos: sabotagens das vias férreas, cortes de linhas telefónicas e telegráficas, atentados e assaltos a um ou outro local económica e politicamente importante, lançamento de bombas em lugares públicos e movimentos de greve propriamente dita. Embora, no plano dos revoltosos, sabotagens, atentados e greve andassem a par e devessem completar-se, nem por todo lado assim aconteceu. Sabotagens e atentados não foram em número suficiente, nem atingiram centros verdadeiramente nevrálgicos do poder. A greve esteve muito longe de ser geral, começando por falhar rotundamente em Lisboa. Não conseguindo estender-se a todo o território, nem mobilizar o operariado urbano e industrial e, muito menos, atrair outros grupos e classes sociais, o movimento fracassou.

Deixaremos aqui de lado as sabotagens e atentados dispersos que tiveram lugar, com maior incidência nas zonas centro e sul do país, para nos concentrarmos na Marinha Grande, em Almada e em Silves, onde o movimento assumiu maior expressão.

### OS PARADOXOS DA MARINHA GRANDE

São por de mais conhecidas as acções que, a partir das 3 horas da madrugada, iriam colocar a vila da Marinha Grande — povoação com 9000 habitantes e 2000 operários vidreiros — nas mãos dos revoltosos e do «proletariado revolucionário»: obstrução das estradas Marinha-Leiria e Pataias-Vieira de Leiria; derrube de postes telefónicos e telegráficos; assalto e ocupação da estação

dos correios e telégrafos; ataque à bomba ao quartel da GNR e à central eléctrica que lhe ficava contígua; desarmamento e captura da força local da GNR <sup>2</sup>; enfim, ataque à residência do industrial Emílio Galo.

Apesar do sucesso indubitável de todas as operações — no qual assentará a sua posterior fama —, o movimento na Marinha Grande é, dos três casos, o que menor número de trabalhadores envolve e o que mais rapidamente é desarticulado pelo governo.

Basta lembrar que a Marinha Grande permanece sob controle dos operários, sem lutas e sobressaltos, apenas cerca de uma hora, isto é, entre as 5 da manhã, hora da rendição da GNR, e as 6 horas, altura em que soam os primeiros tiros das forças policiais de Leiria, que, entretanto, haviam chegado aos arredores da vila. E lembrar que durante aquela hora de apaziguamento a maioria dos revoltosos recolheram, muito prosaicamente, a suas casas, exaustos, a fim de matarem a fome <sup>3</sup>.

E lembrar ainda que com a entrada das forças policiais na vila às 8 horas da manhã, seguidas pelas do exército — Artilharia 4 e Infantaria 7 —, os revoltosos consideram ser «loucura prolongar a resistência» e pelas 9 horas dispersam «em pequenos grupos de quatro ou cinco», procurando «iludir o cerco» <sup>4</sup>. Em resumo, a insurreição estava terminada às 9 da manhã. E com ela tudo o mais: a mobilização das «massas» e a hipotética greve geral. Se não, vejamos.

Mal chegam as forças do exército, o seu responsável, major Jaime da Fonseca, assume o «comando militar» da Marinha Grande e ordena «a suspensão de garantias» <sup>5</sup>. Esta medida envolve, para além de buscas e prisões arbitrárias, o encerramento das fábricas e o uso obrigatório de «salvo-conduto» para transitar na vila e arredores. Com os revoltosos em debandada e as fábricas encerradas, a greve, real ou virtual, a 18, desvanece-se. Reabertas as fábricas na manhã de 19 por ordem das autoridades militares e administrativas, ordem dada ao fim do dia 18, o número de operários que a elas não comparece (segundo listas nominais fornecidas por nove empresas ao administrador do concelho) é praticamente irrelevante: 67 operários (48 homens e 19 mulheres) <sup>6</sup>.

<sup>2</sup> Depois entregue a Calazães Duarte, director da Fábrica Nacional de Vidros.

<sup>3</sup> Quem o diz é um dirigente do Partido Comunista e do antigo Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande, em entrevista publicada em *O Proletário*, n.º 1, de Março de 1934. Esta entrevista encontra-se também em L. H. Afonso Manta, *O 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975, pp. 127-133. Esta passagem vem na p. 129.

<sup>4</sup> *Ibid.*

<sup>5</sup> V. telegrama n.º 627, emitido às 11.20 do dia 18 e dirigido ao ministro do Interior, em que o major Jaime da Fonseca anuncia «estar restabelecida a ordem» na Marinha Grande, encontrar-se a «proceder [a] diligências [na] vila [e nas] matas nacionais [para] captura dos revoltosos», ter «assumido comando militar» e «ordenado [a] suspensão [de] garantias». (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 468; v. também *O Século* de 19 de Janeiro de 1934, que afirma ter sido declarado o «estado de sítio» na Marinha Grande.)

<sup>6</sup> Devo a Silvestre Lacerda a consulta de fotocópias destes documentos, alguns encontrados no arquivo da Companhia Industrial Portuguesa (CIP) e outros no Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande. As listas dizem respeito a 8 das 12 empresas vidreiras e a uma das 7 de outros ramos existentes na vila da Marinha Grande.

De resto, nem todas as faltas podem ser consideradas um acto voluntário de greve. Com verdade ou não, alegam uns não terem comparecido por a guarda os não ter deixado passar e dizem outros desconhecer que as fábricas tivessem reaberto, dada a grande distância a que habitam e a hora tardia a que o anúncio se fizera. Há os que faltam, pura e simplesmente, porque já se encontram presos ou porque andam a monte, os quais seria absurdo qualificar de grevistas. E, para tornar tudo um pouco mais complicado, deparamos ainda com outra situação: a dos que, tendo participado nas acções insurreccionais, se apresentam ao trabalho a 19, talvez na vã ilusão de não piorarem o que a sorte lhes reserva, ou na tentativa, igualmente vã, de se tornarem menos suspeitos.

Em qualquer dos casos, eis-nos perante o primeiro paradoxo: greve foi algo que não chegou a haver na Marinha Grande, nem a 18, nem a 19. E a participação de «grandes massas» também não. Ainda que o referido dirigente sindical vidreiro aluda à presença de «milhares de trabalhadores» nas ruas, vitoriando a insurreição — também ele diz que a greve durou três dias <sup>7</sup> —, os números então avançados pela imprensa apontam para um número que oscila entre as 150 e as 200 pessoas <sup>8</sup>. Em resumo, a acção fora a de uma minoria activa, uma vanguarda. Só assim se explica, de resto — segundo paradoxo —, a pouca resistência dos revoltosos após o êxito inicial, o fácil e rápido controle da vila pelas forças policiais e, sobretudo, o reduzido número de feridos e a inexistência de mortos <sup>9</sup>.

Apesar de as bombas usadas terem sido fornecidas pelos anarco-sindicalistas e de na insurreição terem participado elementos de todas as correntes, parece não haver dúvida de que a maioria dos activistas na Marinha Grande são comunistas, mesmo que, como os próprios comunistas reconhecem, de recente ou novíssima extracção <sup>10</sup>.

Seja como for, os comunistas executam na perfeição toda a parte insurreccional, ainda que no seu sucesso possam ter sido involuntariamente ajudados pela pusilanimidade ou mera incompetência dos elementos da GNR, que, no próprio dia 19, o 2.º comandante-geral da GNR, coronel António Emílio Cortês, se encarrega de expulsar da corporação por alegada «covardia» <sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> V. entrevista citada em *O Proletário* de Março de 1934.

<sup>8</sup> V. *Diário de Notícias* de 19 e 21 de Janeiro de 1934 e *O Século* de 19 de Janeiro de 1934.

<sup>9</sup> Há notícia de apenas quatro feridos; dois entre os revoltosos, sendo o mais grave o operário Manuel Domingos Jubileu, com um tiro numa perna, e dois entre as forças policiais, com escoriações.

<sup>10</sup> V. o documento, da autoria do secretariado do PCP, intitulado «Das ilusões anarquistas e revirralhistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe (as primeiras lições da jornada do 18 de Janeiro)», in António Ventura, «As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro», in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 2, Janeiro/Abril de 1984, pp. 50-55; v. também a ficha prisional de Margarida Fernandes, através da qual ficamos a saber que em fins de Setembro de 1933 ainda não existia célula comunista no Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande, in *Presos Políticos no Regime Fascista. 1936-1939*, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Lisboa, 1982, pp. 428-429.

<sup>11</sup> V. Ordem de Serviço n.º 19 do 2.º comandante-geral da GNR António Emílio Cortez, datada de 19 de Janeiro de 1934 (ANTT — AOS/CO/IN, PT 16).

Mas falham exactamente no desencadeamento da greve e na «mobilização de grandes massas», duas palavras de ordem que constituíam como que um dogma e com as quais, durante toda a fase preparatória do movimento, os comunistas haviam matraqueado os ouvidos de anarco-sindicalistas, socialistas e autónomos, suspeitos de desprezarem uma e outra e acusados sempre de se prepararem para atraíçoarem o movimento. E eis-nos perante o terceiro paradoxo: as palavras e os actos surgem invertidos, como se comunistas e anarquistas tivessem trocado de papéis.

#### O REVERSO DE ALMADA E SILVES

Almada e Silves situam-se nos antípodas da Marinha Grande. Primeiro, porque em ambas as localidades a influência anarco-sindicalista é incomparavelmente superior à comunista. Segundo, porque, apesar de se encontrarem igualmente apetrechadas para desencadear acções insurreccionais — fora, aliás, no concelho de Almada, mais precisamente na Cova da Piedade, que se processara boa parte do fabrico de bombas destinadas ao Centro e Sul do país e à própria Marinha Grande —, tais acções não chegam a concretizar-se. Mas Almada e Silves vão ter outras virtualidades, como a seguir veremos.

O concelho de Almada tem então cerca de 23 000 habitantes e a vila pouco mais de 8000, sendo uma parte população flutuante, como nos dias de hoje. A população operária é mais heterogénea em termos sócio-profissionais do que a da Marinha Grande, centro essencialmente vidreiro, ou do que a de Silves, exclusivamente formada por corticeiros.

Em Almada a eclosão do movimento é marcada, na madrugada de 18, pelo corte da linha telefónica e pela sabotagem do cabo submarino entre a Trafaria e Porto Brandão, únicos actos violentos dignos de registo.

Com muitas ou poucas acções espectaculares — menos, em todo o caso, do que as verificadas na vizinha Lisboa, para já não falar da Marinha Grande ou de Coimbra —, os trabalhadores, esses, aderem à greve, ainda que surjam dois comportamentos diferentes.

Trabalhadores há que se apresentam ao serviço, iniciam normalmente a sua actividade às 8.30 e as instâncias de grupos de grevistas que percorrem os locais de trabalho apelando à greve acabam por abandoná-lo e recolher a suas casas. Estão neste caso os operários fabris de Cacilhas, os *chauffeurs* de táxis que fazem serviço no Largo Costa Pinto, os motoristas das empresas de camionagem que servem todo o concelho e ainda os operários dos estaleiros da Parry & Son.

Outros — o operariado da vila de Almada e o do restante concelho — nem sequer comparecem nos locais de trabalho. Estão neste caso os corticeiros da vila, designadamente os das fábricas Harry Bucknall & Sons, Rankin & Sons, Armstrong & Cork, bem como os que trabalham no Caramujo, Cova da Piedade, Ginjal, Murgueira, Banática, Mutela e arredores, ou seja, todos os corticeiros

do concelho. E também os operários das fábricas de moagem Aliança e dos Moinhos Reunidos, ambas situadas na Cova da Piedade, os operários dos estaleiros de barcos de madeira da Mutela, os operários de algumas fábricas de conservas, todos os operários da construção civil com obras na Mutela, Cova da Piedade, Porto Brandão, Trafaria, Caparica e Almada, com destaque para os 500 operários que nesta última localidade trabalham então na construção do Arsenal do Alfeite. E o mesmo se passa com os operários de serviços metalúrgicos do concelho e com os operários dos depósitos da Shell, situados na Banática, com os da fábrica de gelo da Companhia Portuguesa de Pesca, no Olho de Boi, e, enfim, com os estivadores e descarregadores de cais <sup>12</sup>.

De uma maneira ou de outra, toda a população industrial do concelho adere à greve <sup>13</sup>. E nem as forças da polícia locais, nem a chegada de 30 praças da GNR, nem a de 40 marinheiros e 2 sargentos da Armada, com os respectivos tenentes, nem as operações de policiamento e de demonstração de força que a sua permanência nas ruas representa — a que se juntará ainda no próprio dia 18 a suspensão do jornal local *O Almadense* <sup>14</sup> —, levarão a maior parte dos grevistas a apresentarem-se ou a retomarem o trabalho. Apenas os motoristas de camionagem, após terem sido requisitados pelo administrador do concelho, rompem a greve ao fim do dia 18.

Mesmo a 19, se a maioria do operariado retoma o trabalho, alguns impenitentes se mantêm. Os operários corticeiros — com excepção dos da Murgueira — e os operários das fábricas de moagem vão permanecer em greve, o que levará à prisão de 24 dos principais dirigentes sindicais do concelho de Almada <sup>15</sup>, e só regressam ao trabalho a 20.

Seja porque a presença das forças da GNR e da Armada é suficientemente dissuasória, seja porque, estando a dois passos de Lisboa, sabem que na capital o governo mantém o controle da situação e acções mais ousadas estariam votadas ao fracasso, o certo é que, nem a 18, nem a 19, os anarco-sindicalistas fazem uso do arsenal bombista de que dispõem.

---

<sup>12</sup> Chegámos a esta lista a partir da análise e confronto dos relatos da imprensa da época, conjugando, designadamente, as edições do *Diário de Notícias* e de *O Século* de 19 e 20 de Janeiro de 1934.

<sup>13</sup> É de admitir que tenha paralisado não só a população industrial, mas também a do comércio e serviços, já que há algo bizarro nos relatos dos jornais da altura: é estes afirmarem que o comércio permaneceu encerrado por se tratar do dia de feriado municipal. Ora, tanto no *Dicionário Coreográfico de Portugal Continental e Insular*, de 1929, como na *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, cujo II volume é posterior a 1934, o feriado municipal no concelho de Almada era, em 1929 e continuava a ser nos anos 30, a 24 de Junho.

<sup>14</sup> V. of.º 80 da Direcção-Geral dos Serviços de Censura, de 18 de Janeiro de 1934, ordenando a suspensão, reproduzido in Romeu Correia, *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, Câmara Municipal de Almada, 1978, p. 266; v. também boletim n.º 96 da Comissão de Censura de Lisboa: cortes registados na semana de 22 a 28 de Janeiro de 1934, em que se anunciava a suspensão daquele jornal (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 467).

<sup>15</sup> Sobre a manutenção da greve a 19, v. as notícias publicadas em *O Século* e o *Diário de Notícias* de 20 de Janeiro de 1934 e o que nelas o censor afirma ter cortado, exactamente os «pormenores da paralisação de trabalho nas fábricas de cortiça e moagem», in boletim n.º 95 da Comissão de Censura de Lisboa: cortes registados na semana de 15 a 21 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 460).

Passemos ao caso de Silves.

Importante e tradicional centro corticeiro, Silves conta na altura com mil e poucos operários ligados àquela indústria. A antiga associação de classe, de influência maioritariamente anarco-sindicalista, tinha sido uma das que, em assembleia geral, recusara expressamente transformar-se em sindicato nacional e, por isso, fora extinta<sup>16</sup>. Nem esta tomada de posição pública, nem o facto de a 7 de Janeiro a polícia ter conseguido apreender bombas e ter prendido alguns militantes em S. Bartolomeu de Messines<sup>17</sup>, nem as medidas preventivas tomadas pelo governo na noite de 17 para 18 — que foram, de resto, gerais no país<sup>18</sup> —, demovem os dirigentes e militantes da acção a 18.

O movimento desencadeia-se, tal como na Marinha Grande e em Almada, com o clássico corte das comunicações telefónicas e telegráficas, passe mágico deste modelo insurreccional. A não chegada do comboio a Silves, prevista para as 7 horas da manhã, funciona então como sinal de que os ferroviários de Sul e Sueste haviam aderido à greve e de que a insurreição tinha rebentado em Lisboa<sup>19</sup>. Dirigentes e militantes percorrem, assim, as fábricas, incitando os operários a paralisar. A adesão dos corticeiros à greve é total.

É difícil estabelecer a ordem cronológica dos passos seguintes. Sabemos tão-só que dirigentes e grevistas vão em missão punitiva à fábrica do Pinheirinho, onde um ex-comunista continua a trabalhar, cena que envolve tiros e termina com o «amarelo» a ser sovado<sup>20</sup>; sabemos ainda que dirigentes e grevistas assaltam e ocupam o edifício da antiga associação de classe, hasteando, por entre vivas à «greve geral», uma «bandeira vermelha»<sup>21</sup>.

Terão sido estas deambulações pelas ruas da cidade, furando a já existente vigilância policial, que levam o comércio da cidade a encerrar as suas portas e o comandante da GNR de Faro a reforçar os efectivos do posto de

---

<sup>16</sup> V. notícia que estava para sair no *Diário Liberal*, e que o censor corta, no boletim n.º 93 da Comissão de Censura de Lisboa, zona sul: cortes registados na semana de 1 a 7 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 460).

<sup>17</sup> V. of.º n.º 13 do governador civil de Faro, João de Sousa Soares, ao ministro do Interior, a 9 de Janeiro de 1934 e notícia a sair na imprensa, e que o censor corta, no boletim n.º 94 da Comissão de Censura de Lisboa, zona sul: cortes registados na semana de 8 a 14 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maços, respectivamente, 468 e 460).

<sup>18</sup> V., designadamente, a 1.ª ed. do *Diário de Notícias* de 18 de Janeiro de 1934.

<sup>19</sup> V. Fernando Fitas, «Em Silves também houve 18 de Janeiro», depoimento de Francisco Nicolau, in *Notícias do Sul* de 1977, e Alfredo Canana, «O 18 de Janeiro em Silves», in *Diário de Lisboa* de 5 de Janeiro de 1980.

<sup>20</sup> V. relato da sessão do julgamento dos operários José Mimoso e Fernando Joaquim Simões, de Silves, cuja acusação é terem sovado o «amarelo» in *O Século* de 15 de Abril de 1934; v. José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (Memórias de Um Operário Corticeiro). 1914/1938*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978, pp. 74-77 e 248; v. ainda artigos cit. de Fernando Fitas e Alfredo Canana.

<sup>21</sup> Sobre os vivas à «greve geral», v. *Diário de Notícias* de 19 de Janeiro de 1934. Sobre o assalto à sede da antiga AC e o hastear da «bandeira vermelha», v. as acusações constantes das fichas prisionais de Manuel Pessanha, Virgílio Pires Barroso e João Conceição Valério, e pelas quais irão ser condenados, in *Presos Políticos no Regime Fascista. 1932-1935*, Presidência do Conselho, de Ministros, 1981, e artigos cit. de Fernando Fitas e Alfredo Canana.

Silves, a ordenar a «dispersão de grupos com cargas de cavalaria e infantaria» e a dirigir-se, pessoalmente, para aquela cidade <sup>22</sup>.

Se dos planos dos anarco-sindicalistas constava o assalto ao quartel da GNR — e os dirigentes afirmam-no —, deles vêem-se obrigados a desistir. O comboio que às 7 da manhã não havia chegado entrava horas depois, ronceiro e indiferente, na estação de Silves, para estupor de dirigentes, militantes e simples grevistas, significando que nem os ferroviários de Sul e Sueste haviam aderido à greve, nem a revolução em Lisboa era triunfante. Nestas circunstâncias, os dirigentes terão achado que seria suicídio avançar para acções de carácter insurreccional.

A greve, porém, mantém-se e continua geral.

Ao fim do dia 18 o administrador do concelho emite um edital em que convida os comerciantes a reabrirem os seus estabelecimentos, intima os operários a retomarem o trabalho na manhã de 19 e estabelece, preventivamente, uma espécie de «recolher obrigatório» ao longo da noite de 18 para 19, enquanto as forças policiais continuam as buscas e mantêm a cidade sob forte vigilância.

Na manhã de 19 tudo parece ter entrado na normalidade em Silves. Com excepção de 6 corticeiros que estão presos e de 200 que andam a monte, os restantes operários apresentam-se ordeiramente nas fábricas. Mas a meio do dia todos os operários que o haviam feito voltam, de forma igualmente pacífica, a abandonar as fábricas, permanecendo em greve na tarde de 19 e durante todo o dia 20 <sup>23</sup>.

Em resumo, greve geral a 18 e greve parcial nos dois dias seguintes.

#### DO LADO DO GOVERNO

Contadas as peripécias da Marinha Grande, Almada e Silves, regressemos ao dia 18 e acompanhemos algumas das medidas que o governo vai anunciar.

Ao fim da noite de 18 o ministro do Interior torna pública a nota oficiosa de Salazar — a do «seguem-se agora naturalmente as sanções». Na conferência de imprensa que então dá o ministro refere de raspão a existência de «greves parciais» na Marinha Grande, Almada e Silves, afirmando, a respeito destas duas últimas, que deverão ser presos e punidos os «responsáveis» e «os que incitaram os operários ao abandono do trabalho» <sup>24</sup>. O tipo de sanções permanece no vago. E o ministro do Interior, ao citar apenas os responsáveis pelas greves, parece insinuar que os grevistas nada sofrerão.

---

<sup>22</sup> V. telegramas do comandante da 5.<sup>a</sup> companhia do Batalhão n.º 3, com sede em Évora e Faro, emitidos ao longo do dia 18 e dirigidos ao comandante-geral da GNR, em Lisboa, e que este último transcreve em ofício para o MI (ANTT, Nuc. MI, Gab. MI, maço 468).

<sup>23</sup> V. telegrama de trânsito, não numerado e não assinado, emitido de Faro, às 14.30, e telegrama n.º 115 do governador civil de Faro ao MI, ambos de 19 de Janeiro de 1934; v. ainda o telegrama n.º 22 do comandante da 5.<sup>a</sup> companhia do Batalhão n.º 3 da GNR, com sede em Faro, ao comandante-geral da GNR, Lisboa, emitido a 20 de Janeiro e que este último transcreve em ofício para o ministro do Interior (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 468).

<sup>24</sup> In *Diário de Notícias* de 19 de Janeiro de 1934.

Tudo indica que o governo aguarda o desenrolar dos acontecimentos a 19. Assim, entre as directivas internas enviadas para os governadores civis ainda na tarde de 18 constam a reabertura das fábricas a 19 e a obrigatoriedade de os patrões fornecerem listas nominais dos operários que tivessem faltado a 18 ou viessem a fazê-lo nos dias seguintes.

Ao longo do dia 19 as posições do governo tornam-se mais precisas e passam a abranger, indistintamente, dirigentes e simples grevistas. A reincidência dos operários de Silves em abandonarem o trabalho ao princípio da tarde de 19 já levou o ministro do Interior a ordenar que a direcção das averiguações passasse para o foro militar, devendo ser nomeados elementos do exército para darem início ao auto de investigações. O que é feito <sup>25</sup>. No concelho de Almada, apesar da prisão dos 24 dirigentes sindicais, a greve continua, embora reduzida a corticeiros e operários das moagens.

O Conselho de Ministros, reunido desde as 16 horas do dia 19, decide cortar cerce. A nota oficiosa que ele emite ao fim desse dia anuncia medidas draconianas não só para os dirigentes do movimento ou da greve, mas agora também para os simples grevistas. Segundo esta nota, as entidades patronais da Marinha Grande, Almada e Silves tinham sido informadas de «que não lhes era permitido admitir ao trabalho os operários que a ele faltaram nos dias fixados para a greve revolucionária», estando as autoridades já de posse «das respectivas listas para fiscalizarem o rigoroso cumprimento desta determinação». Nos termos da mesma nota, não só os dirigentes da greve, «mas também os que a ela aderiram, terão de ser sujeitos aos tribunais militares especiais criados pelo Decreto n.º 23 203, de 6 de Novembro» de 1933, decreto que havia equiparado greve a rebelião. Para os «principais responsáveis pela preparação e direcção do movimento revolucionário» e para os «demais implicados nos actos criminosos», o Conselho de Ministros aponta-lhes um destino imediato: o «campo de concentração» já mandado organizar «no sul de Angola, na foz do Cunene», para o qual seguirão «dentro de poucos dias», «aguardando ali julgamento os que não possam ser julgados até ao dia fixado para a partida». Aos menores de 18 anos reserva o governo o seu internamento em «colónias correccionais» <sup>26</sup>.

A aplicação de algumas destas medidas não vai ser fácil nem linear.

Dado o carácter geral e maciço da greve, o cumprimento da primeira directiva vinha criar uma situação crítica, que atingia, obviamente, os operários, mas também os patrões, e que, no caso de Almada, levantava alguns problemas políticos. Significava que os patrões teriam de despedir pura e simplesmente todos os seus trabalhadores. Ora, por maior que fosse a legião de desempregados,

---

<sup>25</sup> V. telegrama n.º 115 do governador civil de Faro ao MI, cit.

<sup>26</sup> O Conselho de Ministros delibera ainda «promover a demissão dos funcionários civis e militares que professem ideias cuja propaganda é prevista e punida pelo Decreto n.º 23 203, não podendo ser nomeados de futuro para cargos públicos indivíduos que não dêem segura garantia de defenderem os princípios fundamentais da organização social consignada na Constituição», e aprova o decreto que estabelece as sanções aplicáveis à greve e ao *lock-out*, como meio de luta económica (in nota oficiosa de 19 de Janeiro de 1934, in *Diário de Notícias* de 20 de Janeiro de 1934).

era difícil proceder num curto espaço de tempo à substituição dos grevistas, tanto mais quanto nalguns casos se tratava de mão-de-obra qualificada. Estando impedidos de admitir os operários que tinham feito ou se mantinham em greve e, não sendo exequível substituí-los por novos operários, o resultado inevitável seria o encerramento das fábricas, estaleiros e oficinas do concelho de Almada e o das fábricas de cortiça de Silves.

A segunda medida implicaria, se não a prisão, pelo menos a instrução de processos aos mil corticeiros de Silves e a todos os grevistas do concelho de Almada, cujo número era bem superior ao dos operários de Silves, instrução que, por sumária que fosse, se tornava uma tarefa ciclópica.

Os industriais corticeiros de Silves, ou porque não têm mão-de-obra excedentária a que possam recorrer, ou porque não estão dispostos a fazê-lo, acabam, de facto, por encerrar as suas fábricas a partir de 22 de Janeiro, com os prejuízos daí decorrentes. Mas a 25, ou seja, três dias depois, 23 industriais, que empregam um total de 878 operários, dirigem uma exposição ao ministro do Interior expondo os graves problemas criados pelas decisões do governo e pedindo que aquelas medidas sejam revistas<sup>27</sup>. As pressões patronais sobre o governo continuarão<sup>28</sup>. Este só cederá em inícios de Março.

Mas, contra o espírito e a letra da nota oficiosa, o afastamento compulsivo dos operários não chega a ser cumprido no concelho de Almada. Aqui, por pressão dos patrões — que já se haviam reunido no próprio dia 19 com o administrador do concelho<sup>29</sup> —, mas provavelmente também pelos riscos políticos que o cumprimento de tal directiva comporta, nem as fábricas, estaleiros e oficinas procedem à substituição dos grevistas, nem encerram. Ou seja, aquilo que poderia acontecer na longínqua cidade de Silves tornava-se de difícil aplicação no concelho de Almada, a dois passos da capital. Ao fazer aplicar uma medida que levaria ao afastamento de todos os trabalhadores e, portanto, à paralisação de todo o concelho, o governo corria o perigo de reacender um fogo ainda mal extinto e ver posta em causa a sua versão de que a greve em Almada não fora senão parcial. A gosto ou a contragosto, o governo cede, optando por anunciar o regresso de Almada à normalidade.

E, quando seria de esperar, até para efeitos preventivos, que o governo alardeasse aos quatro ventos o castigo infligido aos operários de Silves — o

---

<sup>27</sup> V. exposição em papel timbrado da Associação Industrial e Comercial de Silves, secção industrial (cortiças), de 25 de Janeiro de 1934, que o governador civil de Faro, através do of.º 542, endereça ao ministro do Interior a 26 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 466).

<sup>28</sup> V. telegrama ao ministro do Interior do «industrial nacionalista» Aldemiro Mira de 1 de Fevereiro de 1934 (ANTT, Núcleo MI, Gab. MI, maço 466); v. ainda artigo do correspondente de Faro a publicar em *O Século* a 6 de Fevereiro e que a censura cortará e peça idêntica, em inícios de Março, de um «enviado especial» daquele jornal e que sofre destino idêntico, in boletins n.ºs 98 e 99 da Comissão de Censura de Lisboa, zona sul: cortes registados nas semanas, respectivamente, de 5 a 18 de Fevereiro e de 19 de Fevereiro a 4 de Março de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 467).

<sup>29</sup> In *O Século* de 20 de Janeiro de 1934.

terem ficado estes sem trabalho e sem salário —, também não poderá fazê-lo sem se desdizer e sem ter de vir explicar por que tratara os operários de Almada de uma maneira e os de Silves de outra. A única solução que lhe resta é silenciar o castigo — e os protestos dos patrões —, tal como antes havia silenciado a greve.

Por sua vez, os tribunais militares vão acabar igualmente por ser reservados apenas aos dirigentes, militantes e activistas envolvidos nos actos insurreccionais e aos que mais se distinguiram na greve ou estiveram na sua preparação. Sobre estes, sim, vão cair, de uma forma geral, pesadas penas de prisão, com degredo ou desterro, a que se juntam elevadas multas em dinheiro e a perda de direitos políticos.

Em resumo, a situação que mais embaraços cria ao governo, perante a qual ele mais impotente se mostra e que o leva a incongruências — dizendo uma coisa e fazendo outra, com gradações, segundo a relação de forças e as conveniências políticas —, não é o caso espectacular da Marinha Grande, mas sim os acontecimentos de Almada e Silves, onde o movimento de greve, dirigido pelos anarco-sindicalistas, conhece uma adesão maciça e assume, paradoxalmente, carácter pacífico.

## 2. O SEGUNDO ENREDO

Depois de tudo quanto acabámos de dizer, não deixa de constituir um enigma que a CGT e os anarco-sindicalistas, indubitavelmente o principal actor do movimento, tendam a ser ciclicamente mantidos na penumbra e que os comunistas, actor secundário, sejam normalmente guindados a figura de primeiro plano, quando não mesmo a única personagem. Tal como não deixa de ser um enigma que a Marinha Grande se tenha agigantado na memória colectiva e que greves como as de Almada e Silves mereçam quase sempre uma menção vaga e fugidia. O simples contraste entre as formas de luta, insurreição e greve, não preenche a desproporção entre o empoamento de uma e a obliteração da outra.

As chaves para estes dois problemas começam por se encontrar logo nas primeiras posições que anarco-sindicalistas e comunistas assumem perante os acontecimentos, posições que vão marcar, no essencial e de forma persistente, todo o trabalho posterior de construção e reconstrução da memória. Tudo o que virá depois mais não faz do que repetir, com uma ou outra variante — ligeiras, de resto —, o que é dito então.

Os comunistas, mais rápidos nos reflexos, são os primeiros a reagir. Proclamam que o «18 de Janeiro» não foi uma derrota, mas uma vitória. E uma vitória do Partido Comunista Português. Atribuem à CGT, FAO e autónomos — apelidados de «traidores», «espantalhos» e «castrados» — tudo quanto teve carácter bombista, obra de «grupos completamente isolados das massas». Se a greve não fora geral e nacional, àquelas correntes se devera. Fazem acusações e enumeram uma série de erros que aos outros imputam. E reivindicam para si e para o Partido

Comunista tudo quanto não foi «terrorista» ou «putchista» e teve «apoio de massas». E reclamam, obviamente, a Marinha Grande, «um caso completamente positivo da acção proletária» e «fertilíssimo em ensinamentos para o proletariado nacional». Sem problemas de modéstia, concluem: «Silves, margem sul do Tejo e Marinha Grande representam a grande jornada do nosso Partido.» Interpelando directamente os trabalhadores, declaram, em tom triunfante, que o movimento não foi «esmagado pelo governo»; o governo esmagou, sim, «as suas próprias ilusões [as dos trabalhadores] sobre o revolucionarismo dos chefes da CGT, sindicais revirralhistas e reformistas»<sup>30</sup>.

Apesar das prisões que sofrem, os comunistas não pestanejam. O movimento é seu e sua a vitória.

A CGT e os anarco-sindicalistas, que, no confronto com o governo, tinham jogado tudo — os seus princípios e valores, os seus quadros, a sua estrutura clandestina e, tão ou mais importante do que tudo o resto, a sua imagem de símbolo do movimento revolucionário e de central única com legitimidade para falar em nome dos trabalhadores urbanos e rurais —, reagem na defensiva e sob o signo da derrota. De luto e mal refeitos ainda dos golpes que haviam sofrido e dos quais o mais forte fora, por certo, a indiferença com que a generalidade do operariado acolhera a sua palavra de ordem de greve geral — para já não falar das acções que falharam e das prisões que sofreram —, eis que se vêem desapossados do que lhes pertencia. É com estupefacção que assistem à recuperação que os comunistas fazem da greve e ao repúdio dos actos violentos, alguns dos quais aos mesmos comunistas se devem, designadamente o descarrilamento do comboio perto da Póvoa de Santa Iria, como os próprios anarquistas sabem.

Não são os epítetos de «traidores», de «espantalhos» ou de «contra-revolucionários» o que os irrita ou ofende. É a «audácia das afirmações», o «descaramento» e o «arrojo» com que os comunistas afirmam ter sido o movimento obra sua — e tão-só no que lhes interessa —, que causa nos anarco-sindicalistas uma espécie de vertigem. E que praticamente os desarma. Reconhecem que «o movimento não correspondeu ao que se pretendia». Chamam a si e à CGT tudo o que ocorrera na margem sul do Tejo, em Silves, Vila Boim, Terrugem, Campo Maior, Coimbra e também na Marinha Grande, embora admitam que, neste último caso, a «influência bolchevista» fosse maior. Mas, obcecados que estão com a «audácia» dos comunistas, não resistem a responder, por entre interjeições e exclamações, às acusações ou erros que lhes são imputados, acabando por ficar totalmente prisioneiros do discurso dos seus adversários<sup>31</sup>.

E verifica-se aqui algo que é decisivo: argumentando em termos morais mais do que políticos, os anarco-sindicalistas vão ser incapazes de produzir, em termos positivos e substantivos, uma narrativa própria dos seus feitos, do que no movimento lhes pertencera e fora bem sucedido, designadamente as greves de

---

<sup>30</sup> Todas as citações são tiradas do documento do secretariado do PCP atrás citado.

<sup>31</sup> V. «A CGT, os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de Janeiro», in *A Batalha*, III série, n.º 1, de Abril de 1934, que é uma resposta ao documento do secretariado do PCP acima referido.

Almada e Silves. Mas como fazê-lo se o que os empolgava era precisamente o modelo insurreccional que os comunistas, *malgré eux*, tinham levado a cabo na Marinha Grande? Seja como for, é como se perdessem pela segunda vez o movimento.

Estas duas atitudes — uma triunfante, outra infeliz — vão, por assim dizer, cristalizar-se no tempo e estar na origem do papel que posteriormente vai ser atribuído a comunistas e a anarco-sindicalistas, à Marinha Grande ou a Almada e Silves. Basta recordar que muitos anos depois, quando, a partir do 25 de Abril, a batalha em torno da apropriação da memória atinge o seu auge, estas duas atitudes se repetem, com os comunistas, vitoriosos, a celebrarem e a exaltarem o seu «18 de Janeiro» e com os anarco-sindicalistas de novo, em tom não menos infeliz, a contestarem o abuso das celebrações comunistas e a serem de novo incapazes de produzirem uma narrativa e valorizarem os trunfos que possuíam <sup>32</sup>.

#### A ENCENAÇÃO DO ACONTECIMENTO

Mas para perceber estas duas atitudes — em 1934 e mais tarde — é necessário introduzir duas outras personagens da altura: o governo e a grande imprensa.

Parafraseando o que G. Duby escreveu a propósito da batalha de Bouvines <sup>33</sup>, poderíamos dizer que o «18 de Janeiro» foi, antes de mais, o que o governo e os jornais da época quiseram que ele fosse. E o governo, porque estava seguro de que ia ganhar e queria que se soubesse, permitiu e quis que os jornais o reportassem e comentassem. Pelo número de edições diárias — só no dia 18 o *Diário de Notícias*, por exemplo, faz três edições; pelos títulos e fotografias — o «18 de Janeiro» mantém-se nas primeiras páginas dos dias 18, 19, 20 e 21; pelos editoriais que deixou que lhe fossem dedicados e pelo espaço que, na economia dos jornais, permitiu que lhe fosse atribuído; por tudo isto, é evidente que o governo quis que o movimento se transformasse num acontecimento impressionante <sup>34</sup>. Uma tentativa de greve insurreccional é em si um acontecimento bombástico, mas a leitura da imprensa da época coloca-nos também perante a evidência de uma grande encenação. E de uma encenação que é tudo menos inocente: os jornais publicam o que a censura permite; e governo e polícias têm o cuidado de funcionar como a primeira fonte de informação.

Acompanhando atentamente peças noticiosas, editoriais, reportagens fotográficas ou informação de natureza oficial que os jornais publicam — notas do Conselho de Ministros, declarações ministeriais e da polícia —, tanto nas

---

<sup>32</sup> V., designadamente, Emídio Santana *et al.*, *O 18 de Janeiro de 1934 e Alguns Antecedentes*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978.

<sup>33</sup> V. George Duby e Bronislaw Geremek, *Passions Comunes*, Entretiens avec Philippe Sainteny, Paris, Ed. du Seuil, 1992, p. 150.

<sup>34</sup> É notório, por exemplo, o contraste com o que se passara em finais de 1933, quando as comissões de censura cortam todo o noticiário relativo às assembleias das associações de classe sobre os decretos da corporativização.

edições do dia 18 como nas seguintes, poderíamos dizer que narrativa e comentário se pautam, no que aqui nos interessa, por três grandes linhas de orientação.

A primeira é a de fazer crer que o movimento foi, no essencial, obra dos comunistas. É verdade que uma vez por outra, sobretudo na edição de 19, há referência expressa à CGT e a anarco-sindicalistas ou se usa o plural quando se fala dos organismos envolvidos no movimento. Mas o número de vezes — e as circunstâncias — em que o qualificativo político *comunista* aparece de mistura com as alusões à *Internacional de Moscovo* e às «tentativas bolchevistas e bolchevizantes» acaba por ser esmagador, pondo em dúvida ou até fazendo esquecer que outras correntes existem. Na edição de 19 do *Diário de Notícias*, por exemplo, jornalistas e correspondentes, nas suas peças, longas ou breves, sobre Coimbra, Barreiro, Almada e Silves, conseguem a proeza de nunca qualificarem politicamente os seus autores. Já o correspondente na Marinha Grande usa, linha sim, linha não, o termo *comunista*, único qualificativo político a que, de resto, recorre. Se nas edições do *Diário de Notícias* de 18 alguns civis presos em Lisboa já tinham confessado «estarem comprometidos num movimento extremista e filiados no partido comunista», na edição de 20 o jornalista, ao anunciar a chegada a Lisboa de «presos implicados» nos acontecimentos, «vindos de vários pontos do país», volta a insistir, citando informações da Polícia de Defesa Política e Social, em que «a maior parte confessa-se comunista e raros são os que se declaram anarco-sindicalistas». Exemplos como estes poderiam multiplicar-se.

A segunda linha de orientação é a que procura agigantar as acções violentas levadas a cabo por grupos restritos de militantes e diminuir os actos pacíficos de protesto que conhecem adesão de um número significativo de trabalhadores. Sempre que se trata de actos que envolveram violência — descarrilamento na Póvoa de Santa Iria, rebentamento de bombas em Lisboa, sabotagem da central eléctrica em Coimbra, sabotagens, ataques e assaltos na Marinha Grande, rebentamento de bomba no Barreiro —, o jornal tende a descer quase sempre ao pormenor, usando a informação fornecida pelas fontes oficiais, mas dobrando-a e reforçando-a com a que resultou do inquérito feito pelos repórteres ou correspondentes, sendo raro que estes não aproveitem a ocasião para sublinhar a «cobardia» dos seus autores ou a «repulsa» com que tais actos foram recebidos pelas populações. Atenção e minúcia diminuem drasticamente sempre que se trata de acções pacíficas, como as greves em Almada, Silves e Barreiro. Nuns casos, como Silves, impera o estilo telegráfico, vago e ambíguo, denunciando a mão orientadora da censura. Noutros, como Almada, porque a dois passos de Lisboa, e mesmo assim apenas mencionado na edição de 19 —, autoridades e jornalistas encarregam-se de introduzir elementos que minimizam a importância de tais eventos. As greves, ou são parciais, ou não passam de tentativas frustradas. A atenção e minúcia dedicadas aos actos violentos só são iguais quando o jornalista procura dar conta da indiferença com que os operários, designadamente

os de Lisboa — mas não só —, responderam ao apelo dos dirigentes do movimento<sup>35</sup>.

A terceira linha de orientação, de resto expressamente assumida como lição e para a qual trabalha, naturalmente, o desigual tratamento dado aos acontecimentos, corresponde ao sublinhar do divórcio entre o operariado e os «seus supostos dirigentes»: colocar as classes trabalhadoras do lado da «ordem» e os *meneurs* do lado da «desordem»; separar o trigo do joio, fazendo realçar que, neste caso, a proporção do trigo acabou por ser incomparavelmente superior à do joio.

Escusado será dizer que qualquer destas três linhas tinha por efeito — quando não por objectivo — apresentar o movimento como indefensável aos olhos dos cidadãos e tornar legítima, desejável e necessária a intervenção repressiva do Estado, que, num abrir e fechar de olhos, podia decapitar — e decapitou —, sem escândalo e sem oposição, o que restava do movimento sindical livre.

O «18 de Janeiro», assim construído pelo governo e pelos jornais, ou pelos jornais inspirados em instâncias mais altas e amável e zelosamente orientados e ajudados pelos serviços de censura e pelas polícias — de notar que poucas são as notícias dadas pela imprensa relativas a acontecimentos ocorridos a 19 e 20, como se o governo até tivesse querido que tudo se resumisse ao dia 18 —, foi a única grande narrativa sobre os acontecimentos de que os contemporâneos dispuseram.

E, surpreendentemente, também os próprios dirigentes do movimento. É aos relatos da imprensa que anarco-sindicalistas e comunistas recorrem nas suas primeiras tomadas de posição. Contra eles se batem e deles se servem. São eles que os alimentam, que constituem a sua matéria-prima ou o seu ponto de referência. Eles são uma espécie de «base de dados» onde todos vão. E neles encontramos a última razão de ser da perda e luto da CGT. Tal como neles encontramos a razão de ser da vanglória comunista.

Sem minorar a importância que os anarco-sindicalistas atribuem ao modelo insurreccional e a correlativa dificuldade em entender o valor da acção pacífica, podemos até perceber por que é que lhes vai ser difícil, na altura como mais tarde, fazer valer Silves e Almada, já que não têm uma narrativa a que se agarrar. Silves fora silenciada e Almada desvalorizada pela imprensa. E também podemos perceber por que é que, ao contrário, os comunistas conseguem fazer valer o que fizeram e não fizeram. Estes têm narrativa de sobra. Vão até poder escolher entre Póvoa de Santa Iria e Marinha Grande. Riscam e silenciam desde logo a primeira — porque acto terrorista simples — para se concentrarem e retrabalharem, com paciência, engenho e arte, a revolta vidreira. Não será, aliás, por acaso que, tendo na altura reivindicado Almada e Silves como obra sua, os comunistas acabarão, nestes dois casos, por ser também eles incapazes de posteriormente produzirem uma narrativa própria.

---

<sup>35</sup> V., designadamente, *Diário de Notícias* e *O Século*.

Ao designar os comunistas e os bolchevistas como o principal, se não único, obreiro da revolta — ou ao incentivar que os jornais por ele o façam —, o governo não só desacredita as outras correntes, como escolhe o inimigo ideal. Ideal porque conforme aos desígnios de propaganda e à doutrina do Estado Novo; porque, internamente fraco, não acarreta riscos políticos de maior; porque, forte e ameaçador na ordem externa, concita apoios — ou, no mínimo, a neutralidade — e legitima a operação cirúrgica e de limpeza que o governo quer levar a cabo nos meios sindicais.

Acontece que, para os comunistas, também essa escolha é providencial. Ela constitui como que o primeiro passo para a tão ansiada conquista da hegemonia. Para os comunistas é pouco relevante que tudo isto envolva uma grande dose de ficção, que a sua organização esquelética — e que mais esquelética se torna após a vaga de prisões — não corresponda, nem possa vir a corresponder a curto prazo, à importância e força que governo e jornais generosamente lhes atribuem. O que importa é que os comunistas são guindados a figura de primeiro plano e os anarco-sindicalistas e socialistas são banidos do discurso, e quem diz do discurso diz da cena social e política. É como se também eles partilhassem o princípio de que em política o que parece é.

«Silves, margem sul do Tejo e Marinha Grande representam a grande jornada do nosso Partido. Os jornais burgueses foram obrigados a relatar que a maioria revolucionária era comunista nestes pontos»<sup>36</sup>. Ironia da história: a versão mitológica dos comunistas e do seu papel na revolta de Janeiro de 1934 devem-na eles, antes de mais, ao governo, cuja versão dos factos acabaria por funcionar como um «insuspeito» mecanismo de confirmação.